2.2 • Nacionalismos e separatismos

Referendo na Escócia: 'Não, mas...'

Filipe Vasconcelos Romão

OS NACIONALISMOS PERIFÉRICOS ou centrífugos europeus têm registado um dinamismo crescente nos últimos anos, provavelmente fruto do ambiente económico e financeiro que tem monopolizado as preocupações da União Europeia. O ano de 2014 constituiu o apogeu desta dinâmica, com um referendo na Escócia e uma denominada 'consulta sobre o futuro político' na Catalunha. Aparentemente estivemos na presença de dois actos (semelhantes) que têm por objectivo questionar o eleitorado acerca de uma casual alteração ao estatuto político da comunidade em que se insere. Porém, em termos jurídico-constitucionais e políticos, o referendo escocês e a consulta catalã não poderiam estar mais distantes: enquanto, no caso espanhol, um referendo com carácter legal e constitucional careceria de uma revisão a normas estruturais da Constituição de 1978, o sistema constitucional britânico (marcado pela ausência de uma lei fundamental formal) permitiu aos escoceses decidir acerca de uma eventual independência.

Os antecedentes

O Reino Unido é um Estado autonómico (ou Estado regional) recente. A existência de parlamentos e governos regionais na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte foi impulsionada por Tony Blair quando chegou ao poder em 1997. O então primeiro-ministro trabalhista previa, no seu programa eleitoral, descentralizar territorialmente o Reino Unido e 'devolver' às várias unidades políticas que o conformavam (e conformam) competências até aí controladas por Londres. Esta não foi, de resto, a primeira tentativa de reforma territorial britânica. Em 1979, o anterior primeiro-ministro trabalhista, James Callaghan, já impulsionara referendos acerca do restabelecimento de parlamentos no País de Gales e na Escócia. A reduzida participação (abaixo dos legalmente obrigatórios 40%) impediu a aprovação da reforma.

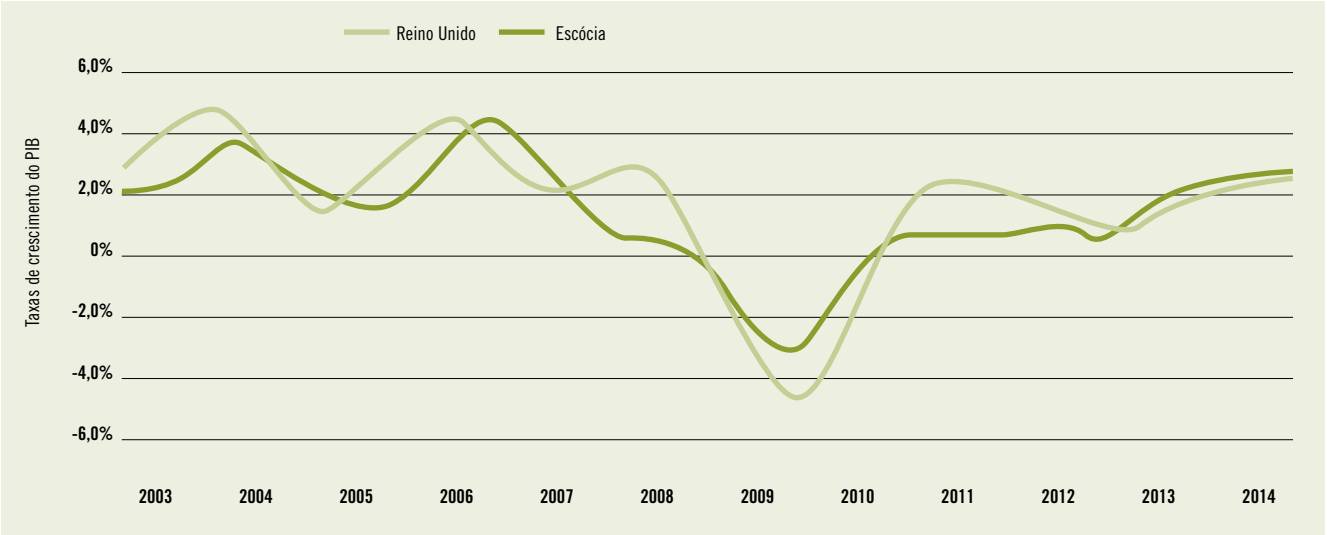
A 11 de Setembro de 1997, celebra-se um novo referendo sobre a reinstauração do parlamento escocês. A proposta é aprovada por ampla maioria (74,29% dos votos validamente expressos) e a participação chega aos 60,43%. As duas primeiras eleições legislativas na Escócia (1999 e 2003) dão origem a maiorias relativas dos trabalhistas. Porém, em 2007, os nacionalistas do *Scottish National Party* (SNP) conquistam a primeira vitória e chegam ao poder. Quatro anos depois, obtêm uma maioria absoluta. Com este resultado, o SNP, a partir das instituições escocesas, coloca a questão da secessão no topo das suas prioridades governamentais.

O SNP teve a capacidade de perceber que uma conjugação de factores que estavam a ocorrer em simultâneo poderia beneficiá-lo, caso adaptasse o seu discurso e se centrasse na economia e na qualidade de vida dos cidadãos. Entre esses factores encontravam-se: a) a prevalência da crise económica e a continuidade de políticas de austeridade impostas pelo governo de Londres; b) o Partido Trabalhista debilitado pela aplicação de políticas de austeridade no anterior governo; c) o aumento dos preços das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais; d) a debilidade do executivo britânico (primeiro governo sem maioria absoluta monopartidária desde 1979).

A generalização da ideia da ineficácia do governo de Londres e dos principais partidos britânicos na resolução dos problemas dos escoceses amplificou a potência da mensagem dos partidários da independência. Por outro lado, o aumento das receitas geradas pelo petróleo britânico do mar do Norte forneceu argumentos económicos ao discurso político, com a defesa da transferência dos direitos de exploração de boa parte das reservas (cerca de 90%) para um futuro Estado escocês. À semelhança do que acontece na Catalunha, o comportamento da economia é determinante para o posicionamento dos cidadãos em relação a eventuais propostas independentistas: ao período de retracção do produto interno bruto e de perda de peso no contexto britânico, corresponde o aumento de influência do SNP, a conquista da maioria absoluta e o debate em torno da independência.

> "O processo político e legal que conduziu a possibilidade de referendar a independência da Escócia, a campanha eleitoral e o referendo em si mesmo contribuíram para desmistificar o debate em torno das secessões na Europa."

No manifesto com que se apresentou às eleições de 2007, o SNP já propusera um calendário para chegar a um referendo sobre a independência. O facto de liderar um governo minoritário e de os principais partidos da oposição discordarem da consulta obrigou, no entanto, os naciona-



Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto da Escócia e do Reino Unido.
Fonte: The Scottish Government, (disponível em http://www.gov.scot/).

listas a adiar este projecto, que passou a ser o principal tema da campanha eleitoral de 2011. Com a conquista da maioria absoluta, o reeleito primeiro-ministro escocês Alex Salmond consegue, finalmente, lançar o processo legislativo e negocial que culminará na consulta popular.

A flexibilidade do sistema político-constitucional britânico e a abertura do primeiro-ministro conservador David Cameron e do Partido Liberal-Democrata, seu parceiro de coligação, revelar-se-ão determinantes neste contexto. Em Janeiro de 2012, o governo de Londres impulsiona a transferência de competências do parlamento britânico para o seu congénere escocês, que permitirá garantir a legalidade do acto e o seu controlo por parte das autoridades de Edimburgo. Os dois executivos e os vários partidos políticos manterão um diálogo tenso, mas constante, em todo o processo. Finalmente, a 15 de Outubro de 2012, Cameron e Salmond assinam o documento que fica conhecido como o "Acordo de Edimburgo", que estabelece que a questão a ser colocada aos eleitores deverá ser simples e que os cidadãos com dezasseis e dezassete anos também poderão participar. A lei do referendo é aprovada pelo parlamento escocês, em Novembro de 2013, ficando definido todo o seu enquadramento.

Campanha eleitoral

A campanha eleitoral organiza-se em torno de dois movimentos: o *Yes Scotland*, que defende a independência em relação ao Reino Unido, estruturado em torno do SNP e liderado pelo próprio Alex Salmond, e o *Bether Together*, apoiado pelos três principais partidos políticos britânicos (conservador, trabalhista e liberal-democrata). À semelhança do que acontece com a generalidade dos nacionalismos periféricos europeus, a campanha pela independência assume-se como plenamente europeísta e considera estrutural a participação da Escócia como membro de pleno direito da União Europeia. Do ponto de vista simbólico, é defendida a continuidade da forma monárquica de Estado na pessoa de Isabel II. Os partidários da manutenção do *statu quo* assumem que, em termos substantivos, algo terá de mudar e que novas competências deverão ser transferidas para uma Escócia que permaneça integrada no Reino Unido.

A esmagadora maioria das sondagens previu de forma constante a vitória do 'não'. Porém, ao longo de 2014, a opção independentista entrou numa fase ascendente. A partir do final de Agosto (a menos de um mês da votação marcada para dia 18 de Setembro), a aproximação entre as duas opções assume contornos dramáticos, com todas as sondagens a estabelecer uma diferença favorável à união, inferior a 8%, e com duas sondagens a atribuir a vitória à secessão escocesa. A boa prestação de Salmond no debate com Alistar Darling, antigo ministro trabalhista e líder da campanha *Bether Together*, poderá ter influenciado a opinião pública. A generalização da ideia de que uma vitória independentista ainda seria possível mobilizou o campo adversário, que centrou o seu discurso na promessa de transferência de mais competências para Edimburgo, argumentando que isto poderia permitir aos escoceses assegurar os benefícios da unidade e as vantagens de uma autonomia mais ampla. A síntese desta argumentação foi feita pelo escocês Gordon Brown, antigo primeiro-ministro britânico, no comício de encerramento da campanha, na véspera do referendo.

Até à percepção de uma possível vitória da independência, a campanha *Yes Scotland* passou com êxito uma imagem positiva da secessão e conseguiu associar esta opção à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os nacionalistas conduziram uma campanha sobretudo assente em factores racionais em detrimento de aspectos mais emocionais. Já o movimento *Bether Together* limitou-se a uma campanha negativa acerca do adversário, o que não impediu uma vitória por uma margem superior a 10% dos votos validamente expressos: 55,3% contra 44,7%. A participação foi de 84,59% do eleitorado. Como consequência deste resultado, o primeiro-ministro escocês apresentou a demissão, tendo sido substituído no governo e no partido por Nicola Sturgeon.

Os resultados

Apesar da rejeição à secessão, curiosamente, o SNP poderá ter beneficiado indirectamente com este resultado. A possibilidade de ouvir a cidadania escocesa acerca da independência serviu para mobilizar o eleitorado e colocar esta discussão no centro do debate político. Com isto, os nacionalistas ganharam um protagonismo que, associado à sua posição no governo e no parlamento regionais, lhe confere um domínio claro na política escocesa. A comprová-lo estão os resultados das eleições legislativas britânicas, celebradas no passado dia 7 de Maio: o SNP conseguiu vencer em cinquenta e seis das cinquenta e nove circunscrições uninominais escocesas e obteve 50% dos votos. Nas eleições de 2011, não tinha ido além dos seis deputados. Os nacionalistas ultrapassaram, assim, o Partido Liberal-Democrata, que elegeu apenas oito deputados em todo o Reino Unido.

O processo político e legal que conduziu à possibilidade de referendar a independência da Escócia, a campanha eleitoral e o referendo em si mesmo contribuíram para desmistificar o debate em torno das secessões na Europa. Uma vez mais, um sistema constitucional de matriz anglo-saxónica demonstrou que é possível canalizar um conflito nacional para vias institucionais legais, sendo as batalhas travadas em campanhas eleitorais transparentes, em debates na imprensa e em confrontos parlamentares. Porém, é impossível considerar este um exemplo para todos os Estados que se confrontem com movimentos nacionalistas periféricos fortes. O Reino Unido, em função do histórico do modelo de relacionamento entre ingleses e escoceses e das especificidades do seu sistema político, pôde levar a cabo um processo cuja linearidade não é comparável com as exigências constitucionais impostas, por exemplo, em Espanha.

O conteúdo de todo o debate também foi muito relevante, porque tornou evidente que o nacionalismo, apesar da dimensão imaterial do discurso que o sustenta, recorre à dimensão económica para gerar afinidades com a cidadania. Na União Europeia, o debate nacionalista centrado em aspectos simbólicos (como o hino, a bandeira ou as forças armadas) tem sido progressivamente substituído pelo debate em torno das conquistas materiais dos Estados sociais e da forma como estas estão a ser postas em causa. O próprio discurso nacionalista xenófobo e racista traveste-se hoje em (falsas) preocupações com o emprego e com a segurança, como se pode ver pela nova versão da *Front National* francesa.

Cabe agora ao parlamento, ao governo e aos partidos britânicos cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e aprofundar a autonomia dos escoceses, com a prometida transferência de competências para os poderes legislativo e executivo regionais. No dia 28 de Maio, deu entrada no parlamento britânico uma proposta para reformar o estatuto de autonomia da Escócia. O texto introdutório assume a vontade de transformar o parlamento de Edimburgo numa câmara legislativa com amplos poderes, sobretudo em matéria fiscal. O processo promete ser longo e só com a sua conclusão se ficará a saber se os anseios nacionalistas ficam satisfeitos ou se, em poucos anos, este debate regressa.